

Anexo II – Resolução nº 133/2003-CEPE**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO****PLANO DE ENSINO - PERÍODO LETIVO/ANO 2º/2015****Programa: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL****Área de Concentração: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL****Mestrado (X) Doutorado ()****Centro: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS****Campus: FRANCISCO BELTRÃO - PR****DISCIPLINA**

Código	Nome	Carga horária		
		AT 1	AP ²	Total
PGDR- 565	Direito Ambiental	45		45h/ 03 créditos

¹ Aula Teórica; ² Aula Prática)**Docente: Dra. Adriana do Val Alves Taveira****Ementa**

Desenvolvimento sustentável e os Princípios do Direito Ambiental. Constituição Federal e meio ambiente. Código Florestal Brasileiro. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Aspectos jurídicos da poluição. A forma de aplicação do Código Florestal Brasileiro na pequena propriedade rural. Conceito de Área Rural Consolidada. Definição das atividades de manejo florestal sustentável como de interesse social. Previsão no Código Florestal do instituto da compensação da Reserva Legal em outra área equivalente. Apoio técnico do órgão estadual competente na recomposição da Reserva Legal.

Objetivos

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao acadêmico o desenvolvimento de uma visão crítica e atualizada da disciplina.

ESPECÍFICOS

- Relação do Direito Ambiental com outras disciplinas do programa;
- Estudo dos princípios do Direito Ambiental e sua problematização;
- Dar subsídios para uma visão crítica sobre as normas ambientais do ordenamento nacional e a realidade do pequeno agricultor do sudoeste do Paraná.
- Análise sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Conteúdo Programático

1. Princípios do Direito Ambiental
 - 1.1. Problematização
2. Sistema Nacional do Meio Ambiente
3. Lei Florestal Brasileira e a pequena propriedade rural
 - 3.1. Problematização
4. Aspectos jurídicos da poluição e degradação do meio ambiente
 - 4.1. Política Nacional de Resíduos Sólidos.
 - 4.2. Problematização

Atividades Práticas – grupos de dois alunos

Metodologia

- Aulas expositivas com auxílio do quadro e demais recursos audiovisuais (mídias) disponíveis;
- Análise e discussão críticas de textos previamente indicados ou fornecidos aos alunos na aula;
- Estudos de casos;
- Seminários de estudo e apresentação de trabalhos individual sobre temas relacionados ao Plano de ensino da disciplina, conforme orientação do Professor.

Avaliação

(critérios, mecanismos, instrumentos e periodicidade)

A avaliação ocorrerá durante as aulas e será quantitativa e qualitativa, por meio da avaliação dos seminários apresentados pelos alunos oralmente e por escrito, constando de 50% da avaliação.

No final da disciplina cada aluno deverá apresentar um artigo científico e encaminhar para publicação, sob orientação da Professora, devendo ser enviado para publicação em Revistas Científicas indexadas com Qualis/CAPES, constando de 50% da avaliação.

A expressão dos resultados da avaliação seguirá o padrão do Programa de Mestrado.

Bibliografia básica

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 11 ed. reform. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

BORGES, Roxana Brasileiro Cardoso. **A proteção do meio ambiente frente ao direito de propriedade: a função ambiental da propriedade rural**. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

BRASIL. **Decreto n. 7.029, de 10 de dezembro de 2009**. Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, p. 14, 11/12/2009. Seção 1.

BRASIL. **Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. **Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF, 15 de setembro de 1965.

_____. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 31 de agosto de 1981.

_____. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 de abril de 1999. Publicado no Diário Oficial da União em 28/04/1999.

_____. **Lei n.º 12.305/10**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 03 de março de 2010.

_____. **Lei n.º 12.305/10**. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS.) Brasília, 2010.

CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função Social e Ambiental da Propriedade**. Momento Atual, 2003.

ELLOVITCH, Mauro da Fonseca. **Análise crítica do projeto de “Novo Código Florestal”**. Revista Jurídica *Consulex*, N.º 331, 1.º de novembro de 2010, p. 34-36.

FILHO, Sarney. **Mudanças no Código Florestal, mas para onde?**. Revista Jurídica *Consulex*, N.º 331, 1.º de novembro de 2010, p. 42-43.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 17 ed. São Paulo:

Malheiros Editores Ltda, 2009.

MAGALHÃES, Juraci Perez. **A Evolução do Direito Ambiental no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

MELO, Tibério Bassi de. **Direito Ambiental na Propriedade Rural**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente - A Gestão Ambiental em foco**. 5.ª edição reformulada, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 3.ed. Rio de Janeiro: forense universitária, 2000.

PADILHA JÚNIOR, João Batista. **O impacto da reserva legal florestal sobre a agropecuária paranaense em um ambiente de risco**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal. Tese. Doutorado. UFPR. Curitiba, 2004.

PANASOLO, Alessandro. **As principais modificações no Código Florestal Brasileiro**. Cadernos Jurídicos, Revista Jurídica *Consule*, nº 19, jun/2011.

REBELO, Aldo. **O Código da floresta e do feijão**. Revista Jurídica *Consulex*, Nº 331, 1º de novembro de 2010, p. 26-28.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos do Direito Ambiental: parte geral**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SCATENA, Lúcia Marina. **Ações em educação ambiental: análise multivariada da percepção ambiental de diferentes grupos sociais como instrumentos de apoio a gestão de pequenas bacias - estudo de caso da microbacia do córrego da Capituva, Macedônia, SP**. Tese de Doutorado. USP. Publicado em: 13/03/2006. São Carlos, 2005.

Bibliografia complementar

ALVARENGA, Otávio Melo. **Política de direito agro-ambiental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995, 240 p.

ANDRADE, Lourenço Agostini de. Tutela do meio ambiente e a Constituição. **ADV- advocacia dinâmica informativo**, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 144-137, mar. 1990.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. A sustentabilidade como princípio constitucional sistêmico e sua relevância na efetivação interdisciplinar da ordem constitucional econômica e social: para além do ambientalismo e do desenvolvimentismo. *In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia: UFU, 2014.

Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/18499>

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direito Ambiental. **Revista Politécnica**. São Paulo: R.P/, p. 204/205, Jan-Jun. 1992.

FERRAZ, Sérgio. Meio ambiente. **Revista de Direito Público**, São Paulo, v.96, out/dez, 1990, pág. 201-205.

Docente

Adriana do Val Alves Taveira

Data 30/06/2015.



Assinatura do docente responsável pela disciplina

Colegiado do Programa (aprovação)

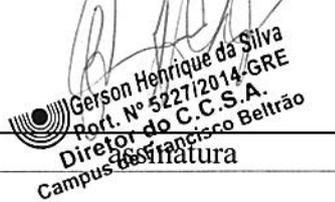
Ata nº 03, de 30/06/2015.

Coordenador:

_____
assinatura**Conselho de Centro (homologação)**

Ata de nº 002, de 02/07/15

Diretor de Centro:

assinatura

Encaminhada cópia à Secretaria Acadêmica em: / / .

Nome/assinatura